



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

Assembleia de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória.

ATA Nº 06

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte seis pelas vinte e uma horas e quinze minutos, no edifício de Santo Ildefonso, pertença da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, reunida em Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia ao abrigo da alínea b) do Artigo 14º, da Lei 75/2013, no Salão Nobre Wilson Faria do edifício de Santo Ildefonso, sito na Rua Gonçalo Cristóvão, 187, 4000-269, no Porto, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Ponto 1. Apreciação e Votação do Relatório Final do Orçamento Colaborativo edição 2026. --

Ponto 2. Apreciação e Votação do Relatório Final do Fundo de Apoio ao Associativismo edição 2026. -----

Ponto 3. Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida e situação financeira da Autarquia. -----

1

Verificaram-se as seguintes presenças: -----

PARTIDO SOCIALISTA – Ricardo Jorge Amorim Teixeira, José Luís Ferreira Rodrigues da Silva, Ana Sofia Pinto Barbosa, António José dos Reis Ferreira, Luís Miguel Pereira da Silva, Joana Maria de Almeida Pereira Vilela e Ana Maria Miguéis Martins e Sá. -----

O PORTO SOMOS NÓS – João Pedro Rocha Videira, José Manuel Borregana Meireles, Duarte Abreu Figueiredo da Silva Miranda, Manuel Cardoso Monteiro, Ricardo Alberto da Fonseca Gouveia, Maria João de Freitas Arriscado Nunes e Ricardo Jorge Loureiro Baptista. -----

LIVRE – Maria Inês da Silva Antunes Moreira -----

CDU – Ana Margarida da Silva Almeida. -----

CHEGA – Sara Isabel Rocha Freitas da Silva -----

FAZER À PORTO – José Alexandre Cordeiro de Melo Teixeira -----

BLOCO DE ESQUERDA – Miguel Albergaria Furtado Semedo -----

Faltas: -----

PS – Ana Sopia Carvalho dos Santos, substituída por Luís Miguel Pereira da Silva e Valentina do Amparo Baptista Rodrigues Gonçalves Almeida. -----



**ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA**



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

PSN – Susana Machado Estácio Marques, substituída por Duarte Abreu Figueiredo da Silva Miranda. -----

LIVRE – Daniel de Sousa Gonçalves, substituído por Maria Inês da Silva Antunes Moreira. -----
Deputados que pediram substituição e que apresentaram justificação: -----

PS – Ana Sofia Carvalho dos Santos e Valentina do Amparo Baptista Rodrigues Gonçalves Almeida. -----

PSN – Susana Machado Estácio Marques. -----

LIVRE – Daniel de Sousa Gonçalves. -----

Executivo – Estiveram presentes os seguintes membros: Nuno Filipe Teixeira da Cruz (Presidente), Madalena Cristina Von Hafe Garcia (Vogal Secretária) e os Vogais Sandra Maria Ribeiro Mondim e Gonçalo Marques Pereira Soares Barbosa. -----

Presidente da AF – Cumprimentou todos os presentes, uma vez que existia quórum declarou aberta a sessão. Estiveram presentes 19 elementos. De seguida entrou-se no período Antes da Ordem do Dia, tendo sido dada a palavra ao Público, mas ninguém se inscreveu para o fazer. De seguida solicitou às funcionárias que fazem assessoria a este Órgão Deliberativo, que fossem sempre elaboradas as Atas, de forma a ser aprovadas nas Assembleia seguintes. De seguida deu a palavra à Deputada do LIVRE. -----

Inês Moreira (LIVRE) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. De imediato apresentou as Propostas do seu Partido que foram as seguintes: “Enfrentar as Ondas de Calor”. Anexada a esta Ata com o nº 1. “Por uma União de Freguesias com segurança pedonal”. Anexada a esta Ata com o nº 2. “Pedibus e Bikebus escolares na zona alta”. Anexada a esta Ata com o nº 3. Por último “30 Anos de Património Mundial: Pode o Centro Histórico continuar a ser um lugar para viver, e não apenas para visitar? Anexada a esta Ata com o nº 4.-

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção da Deputada e de seguida deu a palavra ao Deputado Miguel Semedo. -----

Miguel Semedo (BE) – Iniciou a sua intervenção, por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que iria apresentar o Voto de Protesto intitulado “Contra o desrespeito pelas regras de conservação e salvaguarda do património classificado”. O mesmo fica anexado a esta Ata, com o nº 5. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e deu a palavra à Deputada da CDU.

Margarida Almeida (CDU) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que a CDU iria apresentar 3 Propostas. Começou por apresentar a Proposta de Moção intitulada “Esquadra de Cedofeita”. Anexada a esta Ata, com o nº 6. “Proposta de Recomendação à CMP – Ruído e Resíduos na Zona da “Movida”. Anexada a esta Ata, com o nº 7. “Proposta de Recomendação à CMP – Problemas da Rua de Burgães”. Anexada a esta Ata, com o nº 8. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Deputado do PSN. -----

João Videira (PSN) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. De seguida apresentou uma Moção intitulada “Pelo Reforço da Transparência e da Prestação de Contas na União de Freguesias do Centro Histórico do Porto”. Anexada a esta Ata, com o nº 9. Entendem que se esta situação for implementada, conseguem parar um pouco, esta exigência de adicionar estas medidas, estes pedidos de mais zelo na apresentação da documentação e na informação que é prestada. Repararam que esta informação que é prestada já trouxe alguma melhoria ao que foi mencionado na última Assembleia, mas depois falarão. Entende ser relevante que esta Assembleia de Freguesia aprove este documento e que o Executivo



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

desta União de Freguesias prime pela transparência e rigor na gestão pública e na gestão dos dinheiros que são, no fundo, dos contribuintes. -----

Presidente da AF – Interveio para afirmar que sobre as Moções, o Executivo poderá fazê-lo no período do Sr. Presidente ou durante a O.T., quando o entender. O Sr. Presidente da Junta, sem ser na Defesa da Honra, no momento que se segue, é a discussão das mesmas e irá dar a palavra a quem solicitar para se pronunciar. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta para falar sobre as Moções. -----

Presidente da Junta – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia. Há quatro anos, quando chegou a esta União de Freguesias, não tinha dinheiro sequer para pagar salários aos funcionários. Têm feito trabalho sério e transparente. Todos os contratos estão, já por lei, afixados no Portal Base Gov e está tudo no documento do Saldo de Gerência, onde tudo se encontra descrito, os apoios que se dão a todas as Instituições e tudo é feito com transparência. Entende que é engraçado que o Sr. Deputado do PSD fale de transparência quando este mês, esta União de Freguesias pagou 58.000,00€ à Autoridade Tributária de uma dívida que ascendia a um milhão de euros, que veio da extinta Junta de Cedofeita, liderada pelo PSD. Dinheiro público, dos fregueses que foi mal gasto e governado. -----

João Videira (PSN) – Nesta intervenção, dirigiu-se ao Sr. Presidente da Junta, para lhe perguntar onde estavam esses documentos no Portal Base Gov. Da última vez que lá foi e não foi há muito tempo, foi no dia de ontem. Era do dia 25/01/2024. Se estiver errado, vem pedir desculpa. Se é base de lei e está a ser cumprido, não lhes peça condescendência nesta Moção. Quanto ao que aqui foi mencionado quanto à dívida contraída, noutros mandatos, há muitos anos, também pode vir aqui falar dos impostos pagos pelas dívidas dos roubos efetuados por elementos do Partido do qual o Sr. faz ou não faz parte, que, entretanto, já participa em atividades do PS, mas que o PS promoveu com governantes não só locais, como a nível nacional. Se quisermos entrar por aí, nunca mais daqui saem, porque os lesados são sempre os contribuintes. -----

Ana Sofia (PS) – Afirmou que iria fazer um breve comentário às Moções apresentadas nesta Assembleia. Quanto às Moções do Livre não são novas, porque já tiveram oportunidade de as discutir antes. O PS mantém a posição, entendem que extrapola a alçada da Junta, deveriam ser apresentadas à CMP. Quanto à Moção da CDU sobre a Esquadra de Cedofeita, concordam, porque a população deve ter uma esquadra durante as 24 h do dia, mas acreditam que o Executivo, uma vez que o Contrato de Arrendamento será renovado em 2030 e estará em fase de negociação. Acreditam que o Executivo terá o poder negociável para a partir dessa data, a situação não volte a acontecer e que todo o Centro Histórico deve ter uma esquadra aberta a toda a população. -----

Inês Moreira (LIVRE) – Afirmou que queria evidenciar junto do PS que a formulação destes documentos está redigida enquanto Recomendação. A Junta de Freguesia pode sempre rever nas temáticas da cidade e várias naturezas. Se puderem ler atentamente estes documentos que enviaram vão encontrar, como pediram, a Junta faça tratamentos sobre estes assuntos, que estude o território, que encontre caminhos para poder, junto do Município, pressionar, negociar ou recomendar a resolução destes problemas. Podem fazer. Podem fazer, junto com a Assembleia, pedir à Junta, que se envolva nos problemas aqui presentes. Nesse sentido, é tanta a responsabilidade da Junta bem como dos Partidos aqui presentes. O seu Partido fala em temas que preocupam os fregueses. -----

Miguel Semedo (BE) – Interveio para afirmar que subscrevem e apoiam as 3 Moções da CDU bem como do LIVRE, embora sejam algumas ideias repetidas a Moção do Pedibus e Bikebus



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

tenham algo em comum, a tomada de decisão final pela capacidade logística estar mais do lado da CMP, que o PS se demarque de tomar decisão numa Assembleia de Freguesia em nome dos cidadãos desta União que votaram PS. Parece-lhe apenas uma desculpa apenas porque a Assembleia de Freguesia pode tomar a sua decisão quando as decisões afetam as vidas dos fregueses da nossa União. Quanto à Moção do Porto Somos Nós, entendem que a transparência é muito importante. Já tiveram anteriormente discussões sobre este assunto, sendo favoráveis a esta Moção. Querem somente falar aos proponentes da Moção se conhecem outras Juntas em que esta proposta tenha sido executada e o que dizem esses relatórios de especial. -----

João Videira (PSN) – afirmou que vinha intervir sobre 2 ou 3 notas sobre o Voto de Protesto do BE e também sobre a última questão levantada. Informou que iria começar pelo fim, ou seja, quais as Juntas onde foi implementada. Não foi implementada, estão hoje a propor aqui. Sabe que em termos de transparência, tendo feito o trabalho de casa, todas as outras Juntas de Freguesia, tirando Campanhã, porque entende que está com algumas dificuldades, que está a tentar meter os contratos no base Gov, todas as outras estão a fazê-lo. No que diz respeito ao Voto de Protesto afirmou que ia falar como membro desta Assembleia de Freguesia, mas também a nível do Executivo Municipal. Nos últimos quinze dias o Sr. Presidente da Câmara foi questionado, não só nesta matéria, recuperar o Centro Histórico e devolver população ao mesmo. É uma preocupação deste novos Órgãos Autárquicos. Tem decorrido conversações com a UNESCO, fez pesquisa no Site da SRU e os números estão a evoluir satisfatoriamente. A nível de imobiliário tem subido o que está em bom estado vai alargando aos que precisam de intervenção e do ponto de vista como chamam de fachadismo compreende a preocupação e compreende a preocupação da preservação de algumas características dos edifícios, mas também compreende que do ponto de vista arquitetónico e estrutural, ao abrigo das novas regras de construção que possa ser exequível e de segurança para preservar o interior do edifício tal e qual como estava anteriormente. É do conhecimento de todos, que as áreas interiores eram muito pequenas e se continuarem com esse registo, atualmente torna-se mais difícil, habitar em áreas tão pequenas. Estão a tentar requalificar o património, adaptá-lo aos novos tempos mantendo e preservando o máximo possível a arte cultural deste Património Mundial da Humanidade. Relativamente às outras Moções, relativamente ao LIVRE, já não é a primeira vez que o faz. -----

Miguel Semedo (BE) – Interveio para responder ao Deputado da Bancada Partidária “O Porto Somos Nós”, relativamente ao Património Mundial, da UNESCO. Tem mesmo a ver com a diferença do Património Histórico e o Património, pois é essa diferença que se quer preservar. A traça arquitetónica do exterior, do interior, dos materiais, de toda a engenharia associada, que já existe há décadas nos imóveis do Centro Histórico. É para que este Património Mundial da Humanidade, daqui a cem anos, seja reconhecido como único e excecional no Centro Histórico do Porto e não algo que se vai adaptando às cidades modernas. É uma questão cultural e histórica. -----

Inês Moreira (LIVRE) – Nesta sua intervenção quer sublinhar que de todas os documentos apresentados nesta Assembleia, quis salientar a Proposta apresentada pelo seu Partido, sobre o Centro Histórico do Porto e a sua classificação pela UNESCO, que de certa forma articula-se com a preocupação do BE sobre o fachadismo, terminologia utilizada pelos arquitetos. Devido à quantidade de demolições ocorridas no Centro Histórico, fez com que fosse publicado no Jornal “Arquitetos”, um número inteiro dedicado a este tema, dos Centros Históricos de Lisboa e Porto. Gostava que todos pensassem sobre a necessidade de ter um Centro Histórico não apenas no logotipo, não nos cabeçalhos dos documentos, mas sim de forma mais profunda,



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

virada para o futuro, de forma a proteger quem lá vive e trabalha. -----

Presidente da AF – Afirmou que procederiam de seguida à votação, uma vez que mais ninguém se inscreveu para intervir. Proposta do Partido LIVRE nº 11/2026 “Enfrentar as Ondas de Calor”, cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 4, sendo 1 da CDU, 1 do BE, 1 do LIVRE e 1 do FA. Votos contra: 8, sendo 7 do PSN e 1 do CHEGA. Abstenções; 7 do PS. Esta Proposta não foi aprovada. De seguida procedeu-se à votação da Proposta do Partido LIVRE nº 12/2026 “Por uma União de Freguesia com segurança pedonal”, cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 4, sendo 1 da CDU, 1 do BE, 1 do LIVRE e 1 do FA. Votos contra: 8, sendo 7 do PSN e 1 do CHEGA. Abstenções; 7 do PS. Esta Proposta não foi aprovada. De seguida procedeu-se à votação da Proposta do Partido LIVRE nº 13/2026 “Pedibus e Bikebus escolares na zona alta”, cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 4, sendo 1 da CDU, 1 do BE, 1 do LIVRE e 1 do FA. Votos contra: 8, sendo 7 do PSN e 1 do CHEGA. Abstenções; 7 do PS. Esta Proposta não foi aprovada. Passou-se à votação da Proposta do Partido LIVRE nº 14/2026 “30 Anos de Património Mundial: Pode o Centro Histórico continuar a ser um lugar para viver, e não apenas para visitar”, cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 4, sendo 1 da CDU, 1 do BE, 1 do LIVRE e 1 do FA. Votos contra: 8, sendo 7 do PSN e 1 do CHEGA. Abstenções; 7 do PS. Esta Proposta não foi aprovada. De seguida procedeu-se à votação do Voto de Protesto do BE intitulado: “Contra o desrespeito pelas regras de conservação e salvaguarda do Património Classificado”, cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 11, sendo 7 do PS, 1 do FA, 1 da CDU, 1 do BE e 1 do LIVRE. Votos contra: 8, sendo 7 do PSN e 1 do CHEGA. Abstenções: 0. Este Voto de Protesto foi aprovado. De seguida foi apresentada pela CDU uma Proposta de Moção intitulada “Esquadra de Cedofeita da PSP”, cuja votação foi a seguinte: Votos a favor: 2, sendo 1 do LIVRE, 1 do BE e 1 da CDU. Abstenções: 16, sendo 7 do PS, 7 do PSN, 1 do CHEGA e 1 do FA. Votos contra: 0. Esta Proposta de Moção foi aprovada. A CDU apresentou uma “Proposta de Recomendação à CMP – Problemas da Rua de Burgães”, cuja votação foi a seguinte: Votos a favor: 10, sendo 7 do PS, 1 da CDU, 1 do LIVRE e 1 do BE. Abstenções: 9, sendo 7 do PSN, 1 do CHEGA e 1 do FA. Votos contra: 0. Esta Proposta de Recomendação foi aprovada. Foi apresentada pela CDU uma “Proposta de Recomendação à CMP Ruído e resíduos na zona da “Movida”, cuja votação foi a seguinte: Votos a favor: 14, sendo 7 do PS, 3 do PSN, 1 da CDU, 1 do LIVRE, 1 do FA e 1 do BE. Abstenções: 5, sendo 4 do PSN e 1 do CHEGA. Votos contra: 0. Esta Proposta de Recomendação foi aprovada. O PSN apresentou uma Moção intitulada “Pelo Reforço da Transparência e da Prestação de Contas na União de Freguesias do Centro Histórico do Porto”, cuja votação foi a seguinte: Votos a favor: 12, sendo 7 do PSN, 1 do FA, 1 do CHEGA, 1 da CDU, 1 do LIVRE e 1 do BE. Abstenções: 7, do PS. Votos contra: 0. Esta Moção foi aprovada. De seguida entrou-se no Período da Ordem do Dia, no Ponto 1 da OT “Apreciação e Votação do Relatório Final do Orçamento Colaborativo edição 2026”. De imediato deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Iniciou a sua intervenção por na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia cumprimentar todos os presentes. Quis chamar a atenção da Assembleia porque esta União de Freguesias, é a primeira na Cidade do Porto a trazer aos Srs. Deputados, o Orçamento Colaborativo e o Fundo de Apoio ao Associativismo e a que mais candidaturas recebe. Perguntou às Bancadas Partidárias se sabiam o porquê desta afluência. -----

Margarida Almeida (CDU) - Afirmou que a CDU sempre disse que o que está em causa não são os candidatos nem o Júri, mas sim um processo que consideram que continua pouco participado e muito dependente da avaliação técnica do Júri, bem como não o consideram suficientemente transparente para quem analisa os documentos previamente enviados. Repararam que já se incluem projetos com utilidade para escolas, associações, instituições



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

sociais, cultura, desporto e equipamentos comunitários que podem ter impacto positivo. Afirmou que a CDU iria votar favoravelmente a proposta mas solicitam que sejam entregues à Assembleia os relatórios finais de execução de forma a garantir transparência do processo e que continua por acontecer, relativamente ao mandato anterior. -----

Alexandre Teixeira (FA) – Afirmou que a questão que o levou a intervir tem, haver com o Orçamento Colaborativo, não colocando o profissionalismo e a honorabilidade do Júri. Existem dúvidas que gostaria que fossem esclarecidas. No site de Junta, não está publicada a lista de vencedores dos anos de 2022 e 2024, mas por outro lado, aparecem as candidaturas que venceram em 2023. Existem algumas entidades que pela qualidade dos projetos, todos os anos ganham e vencem o Orçamento Colaborativo. Um dos critérios do Júri é o impacto do projeto, que eles não sabem. Entendeu que esta informação deveria ser partilhada, sobre o impacto destas avenças anuais e o que delas resultam. Era importante saber isso. Quis deixar o pedido para que se publicite, no site, a listagem das candidaturas vencedoras dos anos, 2023, 2025 e agora 2026, bem como o seu impacto. -----

Presidente da AF – De imediato deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. Informou o Sr. Deputado que tudo está esclarecido no site, desde candidaturas, relatório final e todos os eleitos. O Júri decide e avalia as candidaturas dos projetos e não das Instituições. Receberam 76 candidaturas e o Júri faz um trabalho muito bom para eleger as melhores, pois se calhar até têm mais candidaturas que as outras freguesias. No seu entender, esta é a maior transparência que pode existir. É o significado de que as Instituições e projetos acreditam no trabalho que esta União de Freguesias desenvolve. -----

Miguel Semedo (BE) – Interveio para dizer que relativamente ao Orçamento Colaborativo 2026, o relatório final não está no site. O Sr. Presidente da Junta afirmou que estava lá colocado, não. O relatório final do júri, que foi aprovado aqui na Assembleia, não está no site. O facto de receber mais candidaturas, na ótica do BE, não é sinal de transparência, é um sinal de vivacidade das entidades individuais e coletivas da nossa União de Freguesias. Salientam e dão os parabéns ao Júri por fazer este trabalho difícil de seleção de tantas candidaturas importantes. Congratulam-se por existirem 77 candidaturas, demonstrando que estão pessoas empenhadas na melhoria da qualidade de vida da população da nossa União de Freguesias e que reforça a questão social. Como já aconteceu em anos anteriores, o prazo de candidaturas é curto, pouco mais de 20 dias. Candidaturas financiadas, são cerca de 34% das 76 admitidas. Existem mais candidaturas não financiadas do que as financiadas. É importante não esquecer as que não obtiveram apoio, porque será importante acompanhá-las para perceber se precisam de algum apoio para conseguirem implementar os seus projetos. Quanto ao relatório, detetaram a falta de 2 anexos e entendem que é grave, porque é onde está atribuída a pontuação a cada uma das candidaturas nos respetivos subcritérios. Também não está discriminado quanto valeu a votação dos fregueses em assembleia de cidadãos e a do júri, para saberem qual o peso relativo a cada uma destas duas. De seguida solicitou ao Sr. Presidente da Junta esclarecimentos sobre dúvidas no relatório. -----

Presidente da Junta - Afirmou que a informação que o Sr. Deputado pretendia saber, sobre o Anexo 1 e 2, estão no site e não pode opinar sobre as decisões do Júri, nem tem de estar. -----

José Meireles (PSN) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. Afirmou que corroborava com todas as palavras ditas pela pessoa que o antecedeu. Uma vez mais estavam a falar de transparência de critérios, que não põem em causa, mas não sabem como chegaram às decisões que foram tomadas. Referiu que a candidatura do Guindalense foi recusada, mas de forma pessoal, essa mesma candidatura foi apoiada. Aproveitou para informar que as candidaturas no site oficial da Junta, não estão os anexos um e dois, conforme



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

o Sr. Presidente afirmou. -----

Presidente da Junta – Interveio para afirmar que lamentava que o Sr. Deputado não estivesse informado. Se não sabe, deveria perguntar, o que aconteceu à candidatura do Guindalense. Esta Coletividade candidatou-se com um professor de inglês para dar 5 aulas por semana, sendo duas aulas pós-laboral, no edifício da Sé, às 20,30 h, uma em cada sala de estudo e outra no Centro de Convívio de Oliveira Monteiro. Este mesmo professor submeteu uma candidatura, em nome próprio, ao Orçamento Colaborativo, tendo o Guindalense submetido igualmente, o mesmo projeto, com o mesmo professor, para as mesmas aulas. Nestas circunstâncias não poderia ser aprovado o projeto do Guindalense. Não é falta de transparência. O Sr. Deputado deveria ter perguntado. -----

Inês Moreira (LIVRE) – Afirmou que queria deixar a recomendação para que seja constituída uma comissão independente que possa acompanhar a execução destes projetos que são apoiados. Não sabe se a ideia melhor seria acompanhar a execução de todos ou ir por tetos de financiamento, para reduzir a quantidade de projetos que tivessem de ser acompanhados, usando outras regras. Na opinião do LIVRE, seria recomendado a criação de uma comissão independente para o Orçamento Colaborativo, com uma bolsa de especialistas que pudesse acompanhar o processo a partir do momento em que as verbas fossem atribuídas até serem executadas. Acompanhar é garantir a boa execução das iniciativas. -----

Miguel Semedo (BE) – Interveio para responder ao Sr. Presidente da Junta porque está preocupado com as respostas que lhe deu às suas perguntas, com pedidos de descrição detalhada de elementos que deveriam estar no relatório final e não estão. Tentou atacá-lo de falta de informação e já o fez duas vezes nesta Assembleia, a dizer que está algo no site da União de Freguesias e não está. Primeiro foi o relatório final do Orçamento Colaborativo 2025 e agora os anexos um e dois do relatório final do Orçamento Colaborativo de 2026. Estes anexos devem incluir os critérios e a classificação detalhada de cada candidatura. Estão a apreciar o relatório final do Júri. É uma pergunta sobre transparência. -----

Presidente da AF – Dirigiu-se à Sr^a Deputada Inês Moreira, do LIVRE, para lhe dizer que a ideia que deixou sobre a constituição de uma recomendação, essa ideia só poderá ser aceite por parte da Mesa da Assembleia se for formalizada uma proposta de constituição de uma comissão independente para acompanhar o Orçamento Colaborativo. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Interveio para mostrar aos Srs. Deputados que o anexo um e dois, a que se refere o Júri no relatório final, são os anexos que vêm da CMP com os termos e condições, que têm de respeitar e que estão afixados no site da Junta. No que diz respeito à classificação e ao trabalho do Júri, não pode responder, porque não esteve nas reuniões, nem tem de saber quais são os critérios adotados. -----

João Videira (PSN) – Afirmou que corroborava com os colegas de bancada que também fizeram intervenções, porque o que estão a solicitar é clareza e transparência. Mais uma vez, não estão definidos, nem apresentados, os critérios de distribuição. O PS, todos os anos, tem pedido, a propósito deste tema as grelhas, mas este ano ainda não se pronunciou. Têm tanto valor ou mais, porque foram eleitos como os senhores que agora compõem o Executivo. Têm direito a ter acesso a esta informação. Vem reiterar o pedido, para que o Sr. Presidente da Junta solicite ao Júri, uma vez que não está aqui presente, que faculte ou envie a esta Assembleia e solicite à Mesa que peça ao Executivo, para lhes facultar esta documentação. Entende que o Órgão Executivo tem dez dias para responder. -----

Presidente da AF - Informou o Sr. Deputado que este pedido deverá ser formalizado por escrito à Mesa, o pedido de esclarecimento que pretende. Posteriormente a Mesa remeterá



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

para o Executivo responder no prazo legal. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Afirmou que não tem de interferir no trabalho do Júri nem dizer quais os seus critérios. O relatório final está nas mãos dos Srs. Deputados bem como toda a informação que deve estar. Se entendem que a informação não está explícita, devem-no fazer chegar por escrito. Agora, há consequências e os Srs. têm de ser responsáveis. O relatório final está exatamente como nos cinco anos anteriores em que ele é submetido a esta Assembleia e sempre esteve bem. -----

Miguel Semedo (BE) – Interveio para esclarecer o Sr. Presidente da Junta que não estava a dizer que as condições de apoio não estava no site porque essas estão. O que falta é a pontuação atribuída a cada candidatura relativamente a cada um dos critérios do Artº 19º, desse mesmo documento. Não está no relatório, não é anexo ao mesmo. Pode ser uma falha, acontece, mas é escusado de os acusar de desinformação ou dizer que tudo está bem, porque não está. Nos anos anteriores também faltou esta informação e outras coisas. Nos anos anteriores, nesta assembleia, levantaram estas questões. Solicita que melhorem estas situações. -----

Presidente da AF – Interveio para informar o Sr. Presidente da Junta que a proposta enviada à Assembleia tem a apreciação e a votação, mas sem anexo. Tem o relatório final sem anexos. Verificou que na tentativa de solucionar o problema, o Sr. Presidente da Junta ausentou-se momentaneamente da Assembleia. Neste momento comunicou ao Plenário, que desconhecia se estaria presente alguém que pudesse substituir o Sr. Presidente da Junta. Perguntou se a Srª vogal do Executivo Sandra Mondim, era a substituta legal na ausência do Sr. Presidente, tendo a própria confirmado. De seguida propõe adiar este Ponto da O.T., aguardar os referidos anexos, voltarem cá noutro dia e passar ao Ponto nº 2. Parece-lhe ser o mais sensato, pois poderiam votar com transparência e lealdade institucional. Solicitou à Srª Presidente da Junta em exercício qual a sua proposta. Perguntou ao Plenário se concordavam em suspender este Ponto da O.T. e voltar para a discussão do mesmo, noutra Assembleia de Freguesia. Neste momento o Sr. Presidente da Junta regressa aos Trabalhos. Informou-o do que tinha acontecido na sua ausência. De imediato deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Interveio para informar que houve uma falha nos serviços. O relatório foi enviado sem anexos. Explicou que poderiam fazer chegar os anexos agora para não atrasar o processo. Este relatório está fechado e passou pelo Executivo com os referidos anexos. Não entende porque é que não pode ser votado por esta Assembleia, pois não interfere em nada na alteração do processo. As Instituições e os projetos estão a aguardar por isto. Se porventura atrasar uma semana na freguesia, significa um mês e meio na Assembleia Municipal e vão entrar de férias. -----

Presidente da AF – Apesar de o processo estar fechado e votado no Executivo, tem de ser remetido à Assembleia e cabe agora a este Órgão Deliberativo votar. Tendo-se verificado a falta dos respetivos anexos, propôs ao Plenário se entendia que teria condições para votar este documento do Ponto 1 da O.T. ainda hoje. Caso a decisão maioritária fosse pelo adiamento deste Ponto, a Assembleia iria realizar-se no dia 30 do corrente mês de junho. De seguida procedeu-se à votação do Plenário, a possibilidade de estarem em condições de votar este Ponto da O.T. sem os referidos anexos., cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 7 do PS. Abstenções: 3, sendo 1 da CDU, 1 do FA e 1 do PSN. Votos contra: 9, sendo 6 do PSN, 1 do CHEGA, 1 BE e 1 do LIVRE. De seguida informou que o Ponto nº 1 da O.T. iria ser discutido na próxima Assembleia, que ficou marcada para o dia 30/06/2026, mediante acordo de todo o Plenário. De seguida entrou-se no Ponto nº 2 da O.T. “Apreciação e Votação do Relatório Final



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

do Fundo de Apoio ao Associativismo edição 2026". De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Interveio para pedir desculpas à Assembleia porque houve um lapso dos serviços. Estava convencido que toda a documentação tinha sido entregue. Assim sendo, os Srs Deputados iriam receber os documentos atempadamente. Quanto ao Fundo de Apoio ao Associativismo, é uma outra linha de financiamento e voltam a ser a União de Freguesias que mais rápido aprova este financiamento. São a que têm mais candidaturas e também um trabalho excelente de outra equipa de Júris. -----

Presidente da AF – Interveio para dizer que ninguém esteve a atribuir culpas ao Executivo, nem aos funcionários. Só não erra quem não tem lápis ou não faz nada. -----

Joana Vilela (PS) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes. O Fundo e Apoio ao Associativismo é um pilar vital para a nossa União de Freguesias, pois capacitam as associações locais a transformarem a cidade através dos eixos basilares da Coesão Social, Cultura, Desporto, Educação, Juventude e Ambiente. Salientou a importância deste fundo ao financiar projetos que combatem o isolamento social e que apoiam famílias vulneráveis, promovendo a inclusão de grupos em risco de exclusão social. A Bancada do PS vem parabenizar, mais uma edição deste Fundo de Apoio ao Associativismo e o cariz solidário com o qual dota as associações contempladas, com apoio financeiro para a manutenção das suas vocações. O ano passado, a Junta adicionou 30.000,00€ ao valor atribuído através da CMP, embora este ano esteja a apoiar a reabilitação do património, de uma Creche e de prédios da União de Freguesias. Há uma credibilidade e entendimento que o Fundo de Apoio ao Associativismo tem elevada utilidade para o funcionamento das associações desta União de Freguesias. -----

Margarida Almeida (CDU) – Nesta sua intervenção, quis deixar uma nota relativamente aos anexos e à condenação quase imediata dos trabalhadores dos serviços por parte do Sr. Presidente da Junta. Cabe ao Executivo fazer cumprir as tarefas e garantir que os documentos são entregues a tempo. Quanto ao Fundo de Apoio ao Associativismo, que foi projeto municipal criado em 2019 por proposta da CDU, foi delegado novamente nas Juntas de Freguesia, mediante pagamento de 5.000,00€ para a organização do processo. Apesar de ser um apoio tão necessário, é um pesadelo burocrático e a sua abrangência vemos o quanto dramaticamente é reduzida. Não questionam o mérito das 17 propostas selecionadas, das 51 apresentadas, mas entendem que existe pouca expressão nas áreas da Juventude, Ambiente e infraestruturas de obras. A CDU valoriza o movimento associativo, as coletividades e instituições locais, pois este Fundo apoia entidades com trabalho efetivo, junto da população, nas áreas da Coesão Social, Cultura, Educação, Desporto e Infraestruturas. Vão votar favoravelmente, mas como no Orçamento Colaborativo, vão exigir que seja entregue a esta Assembleia, cada relatório final de execução do contrato subscrito pelo seu gestor, de forma a garantir a transparência do processo. -----

Inês Moreira (LIVRE) – Referiu que o seu Partido se pronuncia relativamente aos resultados dos apoios por dois pontos, mas queria voltar a realçar para que possa ficar registado em Ata, a necessidade de existir uma comissão de acompanhamento aos apoios atribuídos ao associativismo, quando forem superiores a um determinado valor. Deu o exemplo do valor de 5.000,00€, que é o nível que sabemos da contratação pública. Solicita explanação dos fundamentos, com os quais o Júri 2026 optou por atribuir verbas relativamente ao eixo ambiente, no qual apenas tinha uma candidatura, optando pela repescagem das propostas mais exigentes no pedido financeiro e apoiando a totalidade da verba, admitindo que o regulamento inclui dois níveis muito distintos de atuação. Obras não é exatamente o mesmo



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

que atividade e material. De seguida efetuou três perguntas para que que fossem registadas. Porque se optou por duas obras de infraestruturas em vez de outras áreas a concurso? Porque repescou a Candidatura 20, resumida como reabilitação do telhado da Paróquia Senhora da Conceição e apresentada a infraestruturas por 40.000,00€, 1.000,00€ para a área do Ambiente? Porque repescou a Candidatura oito, resumida como material estrutural das condições de habitabilidade de um edifício que acolhe pessoas em situação de sem-abrigo, não questionando a causa, mas o procedimento e o processo deste concurso em concreto, no valor de 29,950,00€. Ambas as candidaturas repescadas representam quase praticamente 70.000,00€, verba que redistribuída com outros critérios, seria capaz de apoiar a quase totalidade dos pedidos de entidades civis, e também não religiosas. -----

Miguel Semedo (BE) – Afirmou que um pouco em relação à colega da CDU, também lamentam que o Sr. Presidente tenha atribuído as culpas aos Serviços da Junta e não assuma as responsabilidades na falha do envio de documentos devidos para a Assembleia de Freguesia. Deveria ter assumido o erro, ter ido verificar antes de acusar imediatamente o Membro da Assembleia de Freguesia. Relativamente ao Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense, querem congratular todas as Associações e Coletividades que se dedicam a desenvolver atividades nesta União, para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos no mundo de hoje. Continuam a achar que faltam algumas análises qualitativas mais detalhadas por parte do júri. Pareceu-lhes que algumas candidaturas apresentadas, depois não aparecem, nem nas excluídas, nem nas admitidas, mas pode estar errado. No entanto agradecia que alguém lhe explicasse esta situação. Solicitou, ainda, uma explicação ao Sr. Presidente da Junta ou ao Executivo, sobre a eventual desigualdade de uma candidatura candidatar-se aos dois fundos e uma outra só a um deles. Terminou a sua intervenção para afirmar que o BE iria votar favoravelmente este relatório. De acrescentar que está mais detalhado e é um apoio muito importante às Associações desta União de Freguesias. -----

Presidente da AF – Perguntou ao Plenário se mais alguém pretendia intervir, mas ninguém se inscreveu para o fazer. De imediato procedeu-se à votação do Ponto nº 2 da O.T. “Apreciação e Votação do Relatório Final do Fundo de Apoio ao Associativismo edição 2026”, cuja votação foi a seguinte: Votos a favor: 18, sendo 7 do PS, 7 do PSN, 1 do BE, 1 da CDU 1 do CHEGA e 1 do FA. Abstenções: 1 do LIVRE. Votos contra: 0. Este Ponto foi aprovado. De seguida entrou-se no Ponto nº 3 da O.T. “Apreciação da Informação do Presidente sobre a atividade desenvolvida e situação financeira da Autarquia”. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. Informou o Plenário que o Sr. Presidente da Junta, de momento, não pretendia intervir. De imediato deu a palavra ao Deputado José Meireles. -----

José Meireles (PSN) – Iniciou a sua intervenção por cumprimentar todos os presentes na pessoa do Sr. Presidente da Mesa. Quis fazer um pequeno registo e que porventura, será uma surpresa para o Sr. Presidente, o que vai dizer. A política traz desavenças e concordâncias. Regista com agrado que este relatório, no seguimento da crítica que fez nas últimas Assembleias, já houve o cuidado, em completar alguma informação. O Sr. Presidente reagiu na altura, mas na realidade, com este relatório, têm mais in formação que não estava disponível. Até ao final deste mandato encontrarão outras soluções mais práticas para que a Assembleia possa estar verdadeiramente informada sobre a atividade do Sr. Presidente da Junta, sem qualquer espírito de perseguição. -----

Margarida Almeida (CDU) – Afirmou que relativamente ao documento, consideram que estão ausentes respostas ou estratégias sobre problemas graves, tais como: Habitação, pobreza e apoio alimentar. A Junta descreve a atividade, mas não apresenta estratégia política para enfrentar os problemas sociais da nossa União de Freguesias. A Habitação aparece como



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

problema central, mas a Junta limita-se muito ao seu encaminhamento para a Câmara, Domussocial, IRHU e Governo. Perguntam quantos processos de habitação continuam sem resposta efetiva, que diligências políticas foram tomadas junto das Instituições atrás referidas? Porque é que a execução de capital é tão baixa? Que investimentos previstos ainda não avançaram? Num quadro geral, qual a atuação da Junta, na Assembleia Municipal e na Câmara do Porto? Pretendem saber qual o estado das obras na Praça Pedro Nunes, cujo projeto não é conhecido e que estão paradas, apesar do seu início ter sido anunciado a 9 de dezembro. Que medidas vai à Junta diligenciar no sentido de acelerar o processo? -----

Presidente da Junta – Interveio para informar a Sr^a Deputada que gostaria de responder a perguntas feitas sobre a minha informação trimestral. A competência da Habitação não é da Junta de Freguesia. A Junta fez duas candidaturas ao IRHU e fomos a única na cidade para promover mais duas habitações, mas infelizmente não foram eleitos. Na altura trouxe à Assembleia estas candidaturas e a CDU votou contra, porque entendia que habitação era da competência do Estado, do governo e não da Junta. Votaram contra a Candidatura ao PRR, palavras do Sr. Deputado Vítor Vieira. Quanto à Praça Pedro Nunes, o Executivo da Junta não é Executivo Municipal e como é urbanismo, não lhe consegue responder. Solicitou que a Sr^a Deputada lhe fizesse perguntas sobre a Informação Trimestral que ele responderá. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. De seguida perguntou se mais alguém pretenderia usar da palavra, mas ninguém se inscreveu para o fazer. Informou que foram distribuídos os anexos 1 e 2 do Ponto 1 da O.T. É sua intenção colaborar e agilizar de forma a tentarem agilizar os procedimentos. Propôs ao Plenário que reapreciassem a decisão anteriormente tomada e que era a seguinte: Em vez de virem na próxima terça-feira, abriam a discussão do Ponto 1 da O.T., apreciavam e votavam nesta Assembleia. Desta forma, o Sr. Presidente da Junta ficava com a certeza de que esta Assembleia está aqui para colaborar. Todas as forças partidárias concordaram. De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -

Presidente da Junta – Interveio para dizer que houve um lapso dos serviços e não seguiram os anexos. Foi a pontuação dada pelo Júri a cada candidatura e que estão dedicados a esta causa. Solicitou a esta Assembleia para analisarem e no caso de existirem dúvidas, ele próprio tentaria responder. -----

Presidente da AF – Interveio para comunicar que os Trabalhos ficariam suspensos por 10 minutos, a fim de todas as forças partidárias analisarem os documentos. Após o reinício dos Trabalhos deu a palavra ao Sr. Deputado José Meireles. -----

José Meireles (PSN) – Nesta intervenção quis deixar um pequeno registo de duas particularidades. O Sr. Presidente da Junta entende que quase todos os Deputados, que divergem da sua opinião, estão desinformados, não percebem de coisa nenhuma, não sabem de nada, só ele é a única pessoa lúcida. Afinal, tem de lhes pedir o favor de voltar atrás, para votarem um documento que carecia de informação. Seria bom que de vez em quando lhe são pedias algumas coisas e já o fez que foi complementar a informação do Presidente, complementemente com alguma calma o raciocínio para que depois não seja indelicado. Às vezes até podem não ter sempre razão, mas por vezes, acontece o contrário. Segundo pormenor não é necessário cada vez que surge alguma dificuldade, quase chantagear, no bom sentido, porque como força política não é nada fácil isso acontecer. Têm consciência das consequências se não votarem este orçamento e se não o fizermos, a culpa é nossa. Neste caso, a responsabilidade nem é dos funcionários, porque quem faz essa gestão, no limite é o Sr. Presidente ou alguém do Executivo. Solicita um pouco de descontração para não existirem necessidades permanentes de confronto. -----

Presidente da Junta – Afirmou que vinha pedir desculpa, porque houve efetivamente um lapso



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

dos Serviços e que a Bancada do Porto Somos Nós falou imenso em falta de transparência, transparência, ajustes diretos e ajustes indiretos. Referiu que foi reeleito nesta União de Freguesias, pelo trabalho desenvolvido em prol dos fregueses. Quando anda pelas ruas, as pessoas elogiam o trabalho que desenvolve, é um Presidente amigo das pessoas, existem salas de estudo, ATL'S, é a única freguesia da cidade que oferece 40 banhos a pessoas em situação de sem-abrigo, bem como lhes é oferecido pasta de dentes e lâminas para a barba. Na sua opinião são um exemplo e isso deve-se ao trabalho desenvolvido pelo Executivo e também pela Assembleia de Freguesia. Por vezes, sente-se um pouco beliscado, mas estende que é normal. Ainda este mês pagou 58.000,00€ à Autoridade Tributária e no mandato anterior pagou 40.000,00€ a um empreiteiro, respeitante a Cedofeita. Foi vendido um prédio no Centro Histórico, no valor de um milhão de euros à CMP, para pagar uma dívida da referida autarquia, liderada pelo PSD. Afirmou que é uma pessoa séria, não precisa da política, porque profissionalmente, está bem, mas gosta da causa pública e gosta muito do que faz. Referiu que não estaria à vontade para discutir o Orçamento Colaborativo e o Fundo de Apoio ao Associativismo, se não estivesse completamente a leste deste assunto. O ano passado, a Junta meteu 50.000,00€ nestas linhas de apoio, porque entende que quando existe excedente orçamental, deve ser canalizado para aqui. Na sua opinião não faz sentido colocar em causa o seu trabalho, a sua transparência e a do Executivo, porque as contas estão em ordem. Esta Junta é quem tem mais respostas sociais e um saldo de gerência de 200.000,00€. Este ano não será feito o mesmo, porque o objetivo é o Património. Existem prédios, Creches e têm muita coisa para recuperar. Quer agradecer a compreensão da Assembleia e nunca é com o intuito de fazer chantagem. A sua preocupação com as candidaturas e por causa dos seus projetos e por vezes um atraso nesta Assembleia de uma semana, representa um atraso de mês e meio na Assembleia Municipal, por causa das férias. Pede desculpa se o seu excesso de zelo leva a outras interpretações. -----

João Videira (PSN) – Afirmou que o Sr. Presidente da Junta não deve nem pode vir dizer que falamos demasiadamente em transparência, quando se verifica que a última divulgação pública de um contrato celebrado por esta União de Freguesias e que está no base.gov, data de 25/01/2024. É disto que estão a falar. Não é possível aos Membros desta Assembleia, nem a qualquer cidadão perceber como é que foi gerido e a quem foi atribuído dinheiro, para fazer acontecer qualquer tipo de atividade corrente na Junta. No seu entender, o Sr. Presidente da Junta deveria acolher a recomendação que esta Assembleia lhe fez e implementar as sugestões todas de acréscimo de medidas para tornar a sua gestão mais transparente. Quanto às dívidas que falou e vai voltar atrás, não foi a coligação “O Porto Somos Nós” ou os Partidos que dela fazem parte, que levou o país a uma bancarrota. Este é o mesmo Partido pelo qual o Sr. se candidatou e que agora faz parte. Tem iniciativas do próprio Partido e que já participa e não têm de saber, porque é do foro partidário, mas não foram os causadores de três bancarrotas no país. Pergunta o que é que o PS tem a dizer sobre esta situação. Atirar à cara este assunto na Assembleia é simplesmente falta de sensibilidade, lealdade, de capacidade e honestidade intelectual. Se vão escrutinar tudo o que ficou para trás, o Sr. Presidente vai levar com estas e outras mais. É o caso da Sé, até podem falar sobre isso, mas não está aqui o Sr. Teixeira. Não quer nem tem prazer de falar disto. Falar de transparência nunca é demais quando se trata de dinheiros públicos, dos contribuintes. São os nossos impostos que pagam que pagam a atividade que acontece durante o ano. Tem o direito, tanto como eleito desta Assembleia, quer como cidadão, de saber com o é gerido o dinheiro dos impostos de todos os cidadãos. O Sr. Presidente tem o dever de prestar contas e não o está a fazer de forma correta. Tem zelo a menos porque queria aprovar um documento em que faltavam documentos, os

12



ASSEMBLEIA
DE FREGUESIA



União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

anexos 1 e 2, em que afirmou que os mesmos tinham sido publicados. -----

Presidente da Junta – Interveio para afirmar aos Deputados do Porto Somos Nós que não lhe interessa o passado, mas sim o seu. Quando o atacam, tem de se defender, bem como ao Executivo. Não tem qualquer problema com a transparência. Não é ele que publica os Contratos no base.gov, mas vai saber junto dos Serviços qual o motivo por que tal não aconteceu. Explicou que se o Sr. Deputado for à conta do saldo de gerência, está todo o dinheiro que saiu, para onde é que saiu a informação que recebeu e que foi aprovada na última Assembleia. -----

Presidente da AF – Afirmou que todos se devem esforçar para que as intervenções sejam sobre a política autárquica local e tentar evitar determinadas discussões, que no entender da Mesa, devem ter um pouco mais de cuidado. Uma fala e o outro responde, parece que estão a jogar ping-pong. Têm de dignificar este Órgão Deliberativo, com o trabalho, com a presença, com as preocupações e analisarem com transparência a documentação que lhes é presente ou que esteja a faltar apresentar. De seguida deu a palavra ao Deputado Miguel Semedo. Relembrou que não tem tempo para intervir neste Ponto 1 da OT, mas poderá fazê-lo durante muito pouco tempo. -----

Miguel Semedo (BE) – Afirmou que fazia sentido, pois estiveram com interrupção dos Trabalhos durante 10 minutos para analisarem novos documentos apresentados. Entende que deve ter 1, 2 ou 3 minutos, mediante a proporcional à dimensão das forças partidárias, porque os anexos contêm informações importantes e agradeceu a distribuição rápidas dos mesmos para este Ponto ficar hoje concluído. De seguida solicitou alguns esclarecimentos ao Executivo. Deu para perceber que a votação do público é atribuída de uma determinada maneira, mas o que transparece no documento não é isso que parece dizer nas condições de atribuição. Dá a entender que esta votação fica menos valorizada do que seria de esperar no Orçamento Colaborativo. Nota-se que todos os elementos do Júri votaram em todos os projetos sempre com a mesma classificação quantitativa, mesmo em todos os critérios para cada candidatura. Seria necessária uma avaliação qualitativa para que o Júri justificasse a classificação atribuída a cada uma das candidaturas. No seu entender é algo que deveria ser incluído nos futuros relatórios finais. Não ficou esclarecida porque é quer a candidatura 76 aparece como admitida no relatório e aparece excluída no edital da shortlist e não lhe é atribuída qualquer votação no anexo 2. Pretendia algum esclarecimento sobre este assunto. Afirmou que para futuros Orçamentos Colaborativos, a avaliação conjunta das duas tipologias de projeto, uma até 5.000,00€ e a outra até 30.000,00€ não faz muito sentido. São candidaturas com ranking muito diferente. Existe algo que não lhe parece justo. Gostaria de ser esclarecido. Agradeceu a disponibilidade da informação entregue. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado e de seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta. -----

Presidente da Junta – Esclareceu que a votação do público é de 25% e está descrito nos termos e condições. No que diz respeito às perguntas técnicas efetuadas, isso vem da Câmara tal e qual como está e a Junta tem de cumprir. Existem candidaturas de 5.000,00€ e também de 30.000,00€ mas não estão a falar de 120.000,00€. Se houvesse 4 candidaturas de 30.000,00€, o orçamento estaria esgotado. Tanto o Júri como o Jurídico acompanharam o processo que se desenvolveu e ele não interferiu. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta. De seguida perguntou ao Plenário se poderiam passar à votação do Ponto nº 1 da O.T. “Apreciação e Votação do Relatório Final do Orçamento Colaborativo edição 2026”, tendo todos concordado. De imediato procedeu-se à votação, cujo resultado foi o seguinte: Votos a favor: 17, sendo 7 do



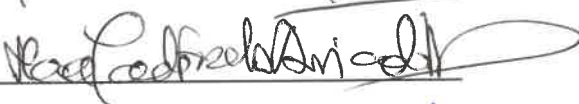
União de Freguesias
de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória.

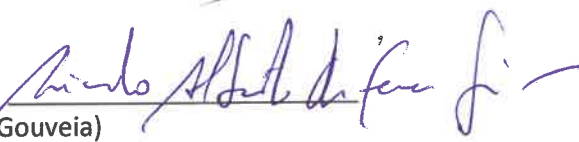
PS, 7 do PSN, 1 da CDU. 1 do CHEGA e 1 do FA. Abstenções: 2, do LIVRE e 1 do BE: Votos contra: 0. Este Ponto foi aprovado. De seguida deu a palavra ao Deputado do BE para fazer uma Declaração de Voto verbal. -----

Miguel Semedo (BE) – Interveio para fazer uma Declaração de Voto e que passo a citar: “Só para dizer que o BE se absteve nesta votação, não por considerar que este apoio não é importante, e é efetivamente muito importante para estas Entidades individuais e coletivas. Mas por considerar que alguns pontos não foram suficientemente esclarecidos nesta Assembleia de Freguesia como é o caso de alguns critérios de exclusão, a avaliação qualitativa do Júri e algumas incongruências entre o que está no relatório final e aquilo que está no edital do shortlist”, fim de citação. -----

Presidente da AF – Agradeceu a intervenção do Deputado. Informou que antes de encerrar a sessão, perguntou aos Membros da Assembleia se queriam aguardar que fosse lida e aprovada a Minuta ou se poderiam aprovar um voto de confiança à Mesa e aos Serviços para a elaboração da mesma. Informou que logo que estivesse pronta, seria enviada aos Srs. Deputados presentes. Relembrou que a assinatura é feita pelo Mesa. Todo o Plenário concordou com o voto de confiança à Mesa. De imediato declarou encerrada a Sessão. -----
Edifício Santo Ildefonso, Assembleia de Freguesia da União de Freguesia de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, 26 de junho de 2026, pelas 00,10 horas. -----

O Presidente: 

O 1º Secretário: 

O 2º Secretário em exercício: 
(Ricardo Alberto da Fonseca Gouveia)



H/mexo 1

**Assembleia de Freguesia de União de
Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória
Proposta LIVRE nº11/2026**

Assunto: Enfrentar as Ondas de Calor

Data: 25 de junho 2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia

O Partido LIVRE, no exercício do seu mandato autárquico e no âmbito das suas competências regimentais, vem pelo presente meio, submeter à consideração da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, a seguinte proposta formal.

Tendo em conta que,

Entendemos o Porto como uma cidade integrada num ecossistema alargado que desejamos tornar mais verde, saudável e justo para o futuro;

Queremos uma União de Freguesias preparada para enfrentar as crises climáticas;

O Plano Municipal de Ação Climática (PMAC) identifica claramente o área da União de freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória como a mais vulnerável ao impacto do aumento da temperatura no verão, apresentando uma carga térmica mais elevada comparativamente às restantes áreas da cidade;

É altamente provável a ocorrência de ondas de calor no período de verão que agora se inicia.

Tendo em conta a resolução 64/292 (2010) das Nações Unidas, que consagra a água como um direito humano.¹

Que a resolução do Parlamento Europeu, de 5 de outubro de 2022, consagra o acesso à água como um direito humano.²

¹ <https://docs.un.org/en/a/res/64/292>

² <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52022IP0346&from=PT>



O Partido LIVRE propõem:

A criação, provisória, de uma rede de refúgios climáticos: locais espalhados por toda a freguesia, acessíveis, devidamente sinalizados, a poucos minutos a pé entre si, onde as pessoas possam abrigar-se em casos de eventos climáticos extremos, **em particular as ondas de calor que se avizinham.** Estes deverão servir para conviver e realizar atividades de recreio e de lazer. À disposição desta rede podemos, a título de exemplo, integrar: O Parque Urbano da Lapa, Jardim do Marquês, Jardim do Metro da Trindade, Avenida dos Aliados

A garantia de entrada em funcionamento de todas as diversas fontes públicas, na União de Freguesias que se encontram atualmente desligadas como, por exemplo, a das Escadas do monte Cativo.

O Partido Livre solicita, desta forma, à Assembleia de Freguesia a aprovação da presente proposta, de modo a que seja recomendado o início dos procedimentos administrativos e operacionais necessários à sua concretização.

União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória,
25 de junho de 2026

Com os melhores cumprimentos,

Daniel de Sousa Gonçalves

Membro da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias do Centro Histórico do Porto



HmEx02

**Assembleia de Freguesia de União de
Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória
Proposta LIVRE nº12/2026**

Assunto: Por uma União de Freguesias com segurança pedonal.

Data: 25 de junho de 2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia

O Partido LIVRE, no exercício do seu mandato autárquico e no âmbito das suas competências regimentais, vem pelo presente meio, submeter à consideração da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, a seguinte proposta formal.

Tendo em conta que:

A cidade do Porto desempenha funções urbanas que exigem deslocações de média e longa distância, realizadas através de diferentes modos de transporte;

A vida quotidiana dos bairros assenta sobretudo em deslocações de proximidade, frequentemente realizadas a pé, envolvendo o acesso a escolas, comércio local, serviços e equipamentos públicos;

A União das Freguesias do Centro do Porto continua a constituir um importante território residencial da cidade, caracterizado por uma forte utilização pedonal do espaço público e pela presença significativa de famílias, crianças, pessoas idosas e comunidades escolares;

A coexistência entre tráfego automóvel e circulação pedonal exige uma atenção permanente à segurança viária, particularmente nos locais onde se verificam atravessamentos frequentes de peões e percursos quotidianos de proximidade;

A prevenção dos atropelamentos e da sinistralidade rodoviária constitui uma responsabilidade coletiva das entidades públicas, devendo assentar numa identificação rigorosa dos pontos de risco e numa atuação articulada entre diferentes níveis da administração local;



A proximidade da Junta de Freguesia aos moradores, associações e escolas coloca-a numa posição privilegiada para identificar situações de insegurança viária, recolher contributos da população e defender junto das entidades competentes as intervenções necessárias;

A segurança pedonal constitui um fator determinante para a qualidade de vida urbana, para a autonomia das crianças, para o envelhecimento ativo e para a vitalidade dos bairros de proximidade;

O LIVRE recomenda à Junta de Freguesia que:

- Promova a criação de um Programa para a Segurança Pedonal da União de Freguesias, com o objetivo de identificar, acompanhar e sinalizar situações de risco para peões;
- Proceda, em articulação com moradores, escolas, associações locais e demais entidades relevantes, ao levantamento participativo dos principais pontos de insegurança da União de Freguesias, incluindo locais onde se tenham verificado atropelamentos, quase-atropelamentos ou outras situações de risco recorrente;
- Elabore um mapa de prioridades de intervenção na Freguesia, identificando os locais que justificam medidas de melhoria da segurança pedonal;
- Apresente formalmente esse levantamento e respetivas propostas de intervenção ao Município do Porto e às demais entidades competentes, acompanhando a sua evolução;
- Apresente à Assembleia de Freguesia, no prazo de seis meses após a aprovação da presente recomendação, um relatório sobre as diligências efetuadas, os problemas identificados e as respostas obtidas das entidades competentes.

O LIVRE entende que a valorização dos bairros de proximidade exige um espaço público seguro para quem caminha, estuda, trabalha, faz compras ou convive no seu território, devendo a vida na União de Freguesias afirmar-se como uma referência de qualidade urbana, segurança pedonal e bem-estar para todos os seus residentes.



O Partido LIVRE solicita assim, à Assembleia de Freguesia a aprovação da presente proposta, de modo a que seja recomendado ao executivo o início dos procedimentos administrativos e operacionais necessários à sua concretização.

União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória,
25 de junho de 2026

Com os melhores cumprimentos,

Daniel de Sousa Gonçalves

Membro da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias do Centro Histórico do Porto



Annexo 3

**Assembleia de Freguesia de União de
Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória
Proposta LIVRE nº13/2026**

Assunto: Pedibus e Bikebus escolares na zona alta

Data: 25 de junho de 2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia

O Partido LIVRE, no exercício do seu mandato autárquico e no âmbito das suas competências regimentais, vem pelo presente meio, submeter à consideração da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, a seguinte proposta formal.

Tendo em conta que:

A Zona Alta da União das Freguesias continua a desempenhar uma importante função residencial na cidade do Porto, acolhendo numerosas famílias, crianças e estabelecimentos de ensino e preservando características de proximidade e vida de bairro que importa valorizar;

As deslocações diárias para a escola representam uma parte significativa do tráfego automóvel nas horas de ponta, contribuindo para o congestionamento das vias, para a degradação da qualidade do ar e para a redução da segurança e da qualidade do espaço público junto dos estabelecimentos de ensino;

A promoção da mobilidade ativa entre crianças e jovens contribui para a adoção de hábitos de vida saudáveis, para o desenvolvimento da autonomia pessoal, para a redução das emissões poluentes e para uma utilização mais equilibrada do espaço urbano;

Os projetos Pedibus e Bikebus, consistindo em deslocações coletivas a pé ou de bicicleta para a escola, acompanhadas por pais, encarregados de educação, voluntários ou outros adultos devidamente capacitados, têm sido implementados com sucesso em diversas cidades europeias e portuguesas;

Estas iniciativas promovem a socialização entre crianças, reforçam os laços comunitários, reduzem a dependência do automóvel nas deslocações de curta distância e contribuem para tornar os bairros mais seguros e mais amigáveis para as famílias;



A implementação de projetos desta natureza poderá beneficiar da colaboração de associações da sociedade civil com experiência na promoção da mobilidade ativa e sustentável, designadamente associações de utilizadores de bicicleta, associações de pais e outras entidades com intervenção nesta área;

A Zona Alta da Freguesia, pela sua densidade residencial, pela presença de várias comunidades escolares e pelas relativamente curtas distâncias entre habitação e estabelecimentos de ensino, reúne condições favoráveis para a implementação de projetos-piloto desta natureza;

O LIVRE recomenda à Junta de Freguesia que:

- Promova um estudo preliminar de viabilidade para a implementação de percursos Pedibus e Bikebus na Zona Alta da Freguesia;
- Estabeleça contactos com agrupamentos escolares, associações de pais, comunidades educativas e outras entidades relevantes com vista à identificação de escolas interessadas em participar em projetos-piloto, incluindo, sempre que adequado, entidades da sociedade civil com experiência na promoção da mobilidade ativa e sustentável;
- Proceda à identificação de percursos seguros, pontos de encontro e eventuais necessidades de melhoria das condições de circulação pedonal e ciclável associadas aos percursos propostos;
- Apoie ações de sensibilização e divulgação junto das famílias e da comunidade educativa sobre os benefícios da mobilidade ativa e sustentável;
- Articule com o Município do Porto, a Polícia Municipal e demais entidades competentes as medidas necessárias para garantir a segurança dos percursos identificados;
- Avalie a possibilidade de integrar estas iniciativas em programas municipais, nacionais ou europeus de promoção da mobilidade sustentável, da saúde pública e da cidadania;
- Apresente à Assembleia de Freguesia, no prazo de seis meses após a aprovação da presente recomendação, informação sobre as diligências realizadas e os resultados obtidos.

O LIVRE entende que a promoção de projetos Pedibus e Bikebus constitui uma medida de reduzido custo, elevado potencial de impacto social e ambiental e grande capacidade de reforço da qualidade de vida das famílias da Zona Alta, contribuindo para uma freguesia mais saudável, sustentável e amiga das crianças.



O Partido LIVRE solicita assim, à Assembleia de Freguesia a aprovação da presente proposta, de modo a que seja recomendado ao executivo o início dos procedimentos administrativos e operacionais necessários à sua concretização, garantindo a articulação com os serviços municipais competentes e a execução faseada deste projeto piloto.

União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória,
25 de junho de 2026

Com os melhores cumprimentos,

Daniel de Sousa Gonçalves

Membro da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias do Centro Histórico do Porto



Amexo 4

**Assembleia de Freguesia de União de
Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé,
Miragaia, São Nicolau e Vitória
Proposta LIVRE nº14/2026**

Assunto: 30 Anos de Património Mundial: Pode o Centro Histórico continuar a ser um lugar para viver, e não apenas para visitar?

Data: 25 de junho de 2026

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia

O Partido LIVRE, no exercício do seu mandato autárquico e no âmbito das suas competências regimentais, vem pelo presente meio, submeter à consideração da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória, a seguinte proposta formal.

Tendo em conta que:

Em 1996, o Centro Histórico do Porto foi inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, constituindo um reconhecimento internacional do seu valor histórico, arquitetónico, cultural e urbano;

A União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória integra uma parte significativa do território abrangido por esta classificação, acolhendo património material e imaterial fundamental para a identidade da cidade;

Nas três décadas decorridas desde a classificação, verificaram-se importantes processos de reabilitação urbana, valorização patrimonial e projeção internacional da cidade, cujos benefícios são amplamente reconhecidos;

Em momento anterior foi equacionada pelo LIVRE a constituição de uma comissão nesta Junta de Freguesia destinada a preparar as comemorações dos 30 anos da classificação do Centro Histórico do Porto como Património Mundial, iniciativa que não veio a concretizar-se;

Encontrando-se o ano já em curso e aproximando-se o trigésimo aniversário da classificação, importa aproveitar os meses ainda disponíveis para promover iniciativas que assinalem condignamente esta data e envolvam os residentes, instituições e agentes locais;



O património urbano não se resume aos edifícios, monumentos e espaços públicos, sendo igualmente constituído pelas comunidades que habitam, trabalham, estudam e dão vida aos bairros históricos;

Ao longo das últimas décadas, a valorização turística e imobiliária do Centro Histórico coexistiu com uma redução da população residente em diversas áreas abrangidas pela classificação, colocando desafios relevantes à preservação da vida de bairro, da diversidade social e da permanência das comunidades locais;

As comemorações da classificação constituem uma oportunidade não apenas para celebrar o património construído, mas também para refletir sobre a evolução do território, o papel dos residentes e os desafios futuros da habitação, da vida comunitária e da sustentabilidade urbana;

A preservação do valor universal excecional que justificou a classificação do Centro Histórico do Porto depende não apenas da conservação do património edificado, mas também da manutenção de comunidades residentes, de comércio de proximidade e de uma vida urbana diversificada e autêntica;

O LIVRE recomenda à Junta de Freguesia que:

- Promova, durante o segundo semestre do ano, um programa de iniciativas destinado a assinalar os 30 anos da classificação do Centro Histórico do Porto como Património Mundial da UNESCO;
- Estabeleça, com carácter prioritário, contactos com associações locais, escolas, instituições culturais, universidades, coletividades e demais entidades relevantes para a concretização dessas iniciativas;
- Promova espaços de reflexão sobre os desafios atuais do Centro Histórico, incluindo a habitação, a evolução demográfica, a vida de bairro, o comércio local, a sustentabilidade urbana e o equilíbrio entre atividade turística e função residencial;
- Informe a Assembleia de Freguesia sobre as iniciativas promovidas ou apoiadas no âmbito destas comemorações.

O LIVRE entende que o trigésimo aniversário da classificação do Centro Histórico do Porto constitui uma oportunidade única para celebrar a história, a cultura e o património da cidade, mas também para refletir sobre a forma de garantir que os bairros históricos permanecem territórios vivos, habitados e inclusivos. Celebrar 30 anos de Património Mundial é também afirmar a ambição de que o centro histórico continue a ser um lugar para viver, e não apenas para visitar.



O Partido LIVRE solicita assim, à Assembleia de Freguesia a aprovação da presente proposta, de modo a que seja recomendado ao executivo o início dos procedimentos administrativos e operacionais necessários à sua concretização, garantindo a articulação com os serviços municipais competentes e a execução faseada deste projeto piloto.

União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória,
25 de junho de 2026

Com os melhores cumprimentos,

Daniel de Sousa Gonçalves

Membro da Assembleia de Freguesia de União de Freguesias do Centro Histórico do Porto

Amexos



Voto de Protesto

Contra o desrespeito pelas regras de conservação e salvaguarda do património classificado

A cidade do Porto tomou conhecimento recentemente de mais uma intervenção urbanística desastrosa, a demolição ilegal do interior dos prédios da rua do Loureiro nº 50/54 onde funcionou durante décadas a Confeitaria Serrana, estabelecimento que em 2018 foi reconhecido como "Porto de Tradição", galardão da Câmara Municipal para proteger os espaços comerciais e históricos mais emblemáticos da cidade e garantir a preservação da sua traça arquitetónica.

Foi em 25 de junho de 1996, justamente há 30 anos, que em Paris o ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios) organismo consultivo da UNESCO para o património mundial, deu o seu parecer favorável à classificação do Centro Histórico do Porto como património mundial da humanidade, o que veio a concretizar-se mais tarde na 20^a sessão do Comité da UNESCO realizada em 5 de dezembro de 1996 em Mérida no México. Tal classificação obriga à responsabilização política e técnica e ao cumprimento das normas e convenções internacionais como a Convenção do Património Mundial de 1972, as Cartas de Veneza de 1964 e de Washington de 1987 e os princípios de Victoria Falls de 2003 e de La Valleta de 2011 para salvaguarda e conservação das cidades históricas.

Está há muito estabelecido que o valor do património arquitetónico não reside unicamente no seu aspeto exterior, na sua forma, mas também na integridade de todos os seus componentes como elemento genuíno da tecnologia construtiva própria da sua época, pelo que a demolição total dos interiores e a manutenção das fachadas não responde aos critérios de conservação. E quando um bem classificado começa a perder autenticidade ou as suas características excecionais, o ICOMOS pode inscrevê-lo na lista do **património em risco**. Foi o que já aconteceu em 2019 com o Centro Histórico do Porto, devido ao fachadismo, às demolições em diversos conjuntos arquitetónicos como no quarteirão das Cardosas e à perda de mais de 50% dos seus residentes.

Apesar deste alerta para o risco da retirada do Centro Histórico do Porto da classificação como património mundial, quem dirige a Câmara Municipal e a SRU Porto Vivo tem acolhido o relatório do ICOMOS com um misto de insensibilidade cultural e irresponsabilidade. E continua a ceder aos interesses imobiliários, com a venda de 80 prédios municipais (muitos já transformados em alojamento local) e com a recente demolição do interior da Confeitaria Serrana.

A Assembleia de Freguesia da UF de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória reunida em 25 de junho de 2026, considerando a importância do escrutínio do poder local democrático, DELIBERA:

- Expressar o seu protesto pela atuação passiva da SRU Porto Vivo e Município do Porto perante a ganância imobiliária traduzida no fachadismo e demolição dos interiores de numerosos edifícios no Centro Histórico do Porto;**
- Defender o cumprimento dos princípios e regras internacionais para a salvaguarda das cidades históricas pelas entidades públicas responsáveis pela gestão do Património Mundial.**

Pelo Bloco de Esquerda na Assembleia de Freguesia,
Miguel Semedo

(Remeter para conhecimento à Câmara e Assembleia Municipal do Porto)



PAOD - Proposta de Moção
Esquadra de Cedofeita da PSP

Amex 06

A 13 de Outubro de 2013 a PSP encerrou a 12ª Esquadra, que então funcionava na Rua de Cedofeita, com o pretexto do aumento da renda do espaço, de 800 para 3.500 euros, libertando então o edifício para a especulação imobiliária e deixando a população sem resposta de proximidade.

Aproveitando a fragilidade financeira da nossa União de Freguesias o então Presidente da Junta, em conjugação com o Presidente da Câmara, cedeu o edifício da extinta Junta de Freguesia de Cedofeita - que legalmente é ainda hoje a sede da União de Freguesias - para ali reinstalar a Esquadra, o que viria a acontecer em Junho de 2020 após obras de mais de 650 mil euros e contra o pagamento de uma renda de 3.100 euros, ficando também ali sediada a sede da Divisão e a Esquadra de Turismo, alegando as "excelentes acessibilidades", um "estacionamento interessante" e dimensão "adequada", enquanto a Junta se via forçada a alugar um espaço noutra rua para atender os fregueses.

Em meados de Março passado, de forma secretiva, a 12ª Esquadra foi novamente encerrada, motivando de imediato pedidos de esclarecimento da CDU e do PCP que comprovaram que o Município não tinha sido ouvido sobre a matéria, e aguardando-se ainda o esclarecimento do Governo e o da própria Junta.

O encerramento em causa representa um retrocesso, numa zona central da cidade do Porto, com forte densidade habitacional, comércio, circulação de pessoas, equipamentos escolares, serviços e população diversificada, incluindo muitos idosos, para quem a proximidade de serviços é uma necessidade real.

A mera colocação de uma "Unidade Móvel de Atendimento e Visibilidade" que está sempre fechada não é uma substituição adequada para o atendimento ao balcão de uma Esquadra e pode até implicar custos superiores.

Por esse motivo a CDU colocou a circular um Abaixo-Assinado entre a população, que recebeu mais de mil e quinhentas assinaturas, incluindo de membros desta Assembleia e



da Junta de Freguesia, comprovando a indignação generalizada que este encerramento provocou.

Assim, a Assembleia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, reunida em 25 de Junho de 2026, delibera:

1. Reivindicar ao Governo e à PSP a reabertura da 12ª Esquadra de Cedofeita no edifício onde funcionava desde 2020, como local de atendimento da população em geral;
2. Enviar esta Moção ao Governo, Câmara Municipal do Porto, Comando Metropolitano do Porto da PSP, e Comunicação Social.

A Eleita da CDU

(Margarida Almeida)

/CDU: 25 de junho de 2026



PAOD - Proposta de Recomendação à CMP
Problemas da Rua de Burgães

Amexo 7

Como foi referido em Abril, na Rua de Burgães não houve intervenções de fundo nas últimas três décadas, e não está incluída no programa "Rua Direita".

O piso irregular e os passeios insuficientes e degradados impedem o uso de pessoas com cadeiras de rodas ou carrinhos de bebé, sendo uma rua que tem um grande movimento automóvel. Para além da dificuldade na questão da mobilidade, o Ecoponto que existia na rua foi retirado, dificultando os esforços de reciclagem. A somar a tudo isto ocorreu recentemente a derrocada de um muro particular, uma situação de risco que ainda não está resolvida.

Assim, a Assembleia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, reunida em 25 de Junho de 2026, delibera Recomendar à Câmara que:

1. promova uma intervenção de fundo naquela Rua que resolva os problemas de mobilidade e segurança dos utentes da via;
2. desenvolva as medidas necessárias para impor a reparação do muro derrubado, garantindo a segurança;
3. que diligencie junto da Empresa Municipal de Ambiente do Porto para a reposição do Ecoponto e uma adequada colocação de contentores e papeleiras que permita melhorar o ambiente local.

Sendo aprovada, esta Recomendação deve ser enviada a:

- Câmara Municipal do Porto
- Comunicação Social

A Eleita da CDU

Margarida Almeida

(Margarida Almeida)

/CDU: 25 de junho de 2026



PAOD - Proposta de Recomendação à CMP
Ruído e resíduos na zona da "Movida"

17-08-08
[Handwritten signatures and date]

Recentemente foram tornadas públicas as conclusões de um Estudo de Caso sobre a saúde da população do Centro Histórico, promovido pelo ISPUP, onde se pode constatar que o Ruído é o indicador que mais contribui para a degradação da Saúde e da Qualidade de Vida dos Habitantes do Centro Histórico.

O ruído provoca efeitos graves no sono, o que se traduz em consequências graves no desempenho profissional, no rendimento escolar e na saúde psíquica e física dos cidadãos.

O Ruído é uma matéria de Saúde Pública, e nesse quadro é necessário definir metas claras e quantificáveis da sua redução ou da exposição ao mesmo em toda a cidade, cabendo exclusivamente à Câmara emitir, de forma excepcional e justificada, "licenças especiais de ruído", que visam autorizar o exercício de atividades ruidosas temporárias que de outra forma seriam proibidas.

A zona do Centro Histórico e da chamada "Movida" tem acolhido eventos ruidosos nomeadamente os licenciados para o largo Amor de Perdição, apesar de rodeado de habitações, Escolas e o Hospital de Santo António.

Também obras de construção civil, como a que decorre na Rua Barão de Forrester 914, zona predominantemente residencial, têm obtido Licenças Especiais de Ruído incluindo para sábados e feriados, sem cumprimento das condicionantes dessas licenças, nomeadamente informação aos moradores e proibição de uso de equipamentos mais ruidosos no entardecer.

A par disso, assiste-se a uma degradação da limpeza urbana, agravada com um conjunto de eventos que atraem milhares de pessoas que se deparam com o número reduzido ou a inexistência de papeleiras e contentores adequados, amontoando-se o lixo em redor dos poucos que existem. Igual situação no que respeita a equipamentos sanitários, o que, associado ao consumo de bebidas, leva ao aumento do número de pessoas a urinarem na via pública.



O Município deve alinhar-se com a Estratégia Nacional para o Ruído Ambiente 2025-2030, e melhorar a limpeza e higiene urbanas, pelo que a Assembleia da União de Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, reunida em 25 de Junho de 2026, delibera Recomendar que a Câmara Municipal tome medidas:

- na Emissão, avaliando previamente o interesse público das atividades e exigindo medidas reais de mitigação, nomeadamente limitando o volume emitido e realizando antecipadamente uma avaliação acústica no local proposto, e dispondo de quotas anuais para conceder essas licenças em diferentes locais do território;
- na Fiscalização, capacitando as entidades fiscalizadoras de forma a realizarem de modo eficaz o seu trabalho, assegurar serviços noturnos de fiscalização para garantir celeridade, eficácia e objetividade na actuação.
- na Higiene e Limpeza, instalando equipamentos sanitários com uma densidade que permita corresponder à procura, e bem assim receptáculos de resíduos, incluindo do sistema "Volta", de forma a dar resposta à insalubridade reinante;
- na Informação, transparência e controlo, devendo publicitar o conteúdo relativo às condições e medidas de minimização impostas, e ainda nos sítios eletrónicos da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia, junto das autoridades policiais e CCDR-N.

Sendo aprovada, esta Recomendação deve ser enviada a:

- *Câmara Municipal do Porto*
- *Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte*
- *Comunicação Social*

A eleita da CDU

(Margarida Almeida)

/CDU: 25 de junho de 2026

Amex 89

MOÇÃO

PELO REFORÇO DA TRANSPARÊNCIA E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DO CENTRO HISTÓRICO DO PORTO

A transparência na gestão dos recursos públicos constitui um dos pilares fundamentais da confiança dos cidadãos nas instituições democráticas e um princípio essencial da boa governação local. Enquanto estrutura autárquica mais próxima da população, a União de Freguesias do Centro Histórico do Porto tem a responsabilidade de assegurar que a sua atividade e a utilização dos recursos públicos possam ser conhecidas e acompanhadas pelos fregueses.

O acesso à informação pública é um instrumento indispensável à participação cívica e ao escrutínio democrático. Por isso, para além do cumprimento das obrigações legais de publicidade, é desejável que a autarquia adote práticas acrescidas de transparência ativa, disponibilizando de forma clara, acessível e regular informação sobre a sua gestão, contratos, apoios atribuídos e demais atividades de interesse público.

O reforço da prestação de contas contribui para aumentar a confiança dos cidadãos nas instituições, promover uma cultura de responsabilidade e valorizar o trabalho desenvolvido pelos órgãos autárquicos. Neste contexto, entende-se ser do interesse público que a União de Freguesias do Centro Histórico do Porto adote mecanismos adicionais de divulgação e transparência, aproximando a administração local dos seus fregueses e fortalecendo a qualidade da democracia local.

Assim, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias do Centro Histórico do Porto delibera recomendar ao Executivo da Junta de Freguesia que:

1. Proceda à publicação trimestral, no sítio institucional da freguesia, de uma listagem dos contratos celebrados pela Junta de Freguesia durante o período em causa, incluindo o respetivo objeto, entidade contratada e valor.
2. Proceda à divulgação trimestral dos ajustes diretos realizados, identificando de forma clara os serviços ou bens adquiridos e os respetivos montantes.

3. Publique informação consolidada sobre os apoios financeiros, logísticos ou materiais atribuídos a associações, coletividades, instituições ou outras entidades, identificando os beneficiários e a natureza do apoio concedido.
4. Disponibilize esta informação de forma acessível, organizada e facilmente consultável pelos cidadãos, respeitando integralmente a legislação relativa à proteção de dados pessoais e demais normas aplicáveis.
5. Apresente anualmente à Assembleia de Freguesia um relatório síntese sobre a execução destas medidas de transparência.

A bancada da Coligação “O Porto Somos Nós” na Assembleia de Freguesia da U.F. do Centro Histórico do Porto entende que o reforço da transparência não constitui apenas uma obrigação legal e ética, mas também uma oportunidade para fortalecer a confiança entre os cidadãos e os seus representantes, promovendo uma gestão pública mais aberta, participada e responsável.

Porto, 25 de junho de 2026,

A bancada da Coligação “O Porto Somos Nós” – PSD, CDS e IL